

I.

Ana crescera numa família conservadora numa pequena cidade do interior da Beira Alta. Desde cedo que os seus pais a alertavam para a importância da castidade e para a necessidade de se «*dar ao respeito*» e de resistir aos avanços dos jovens da sua idade, sob pena de «*deixar de ser [sua] filha*».

Aos 18 anos, **Ana** apaixonou-se por **Bernardo**, jovem de 27 anos, com quem começou a namorar e de quem engravidou passados apenas dois meses. Passaram-se 12 semanas até **Ana** decidir contar a **Bernardo** o sucedido, na esperança de que este a pedisse em casamento. Em resposta, **Bernardo** disse a **Ana** que esta tinha de abortar de imediato, dado que a sua esposa – de quem **Ana** nunca ouvira falar – não poderia descobrir o seu caso. **Ana**, em choque mas esperançosa de que **Bernardo** não a abandonasse, recusou-se a fazê-lo e assistiu incrédula enquanto **Bernardo** fugia.

Volvidos 5 meses sem sinal de **Bernardo**, e no Dia dos Namorados, **Ana** recebeu uma caixa de chocolates enviada por aquele, acompanhada de um postal com um pedido de desculpas. Ao reparar que os chocolates tinham licor, e por receio de que a sua ingestão pudesse prejudicar o feto, **Ana** guardou o postal e deu os chocolates a **Carla**, sua amiga. Após ter ingerido um dos chocolates, **Carla** foi levada de urgência para o hospital com dores de estômago, tendo recebido alta no próprio dia. Os médicos identificaram a substância Mifepristone no seu organismo, um poderoso abortivo, que, quando tomado por pessoas que não estão grávidas, causa cólicas agudas mas inconsequentes.

Ao saber do sucedido, **Ana** finalmente percebeu que nunca mais teria **Bernardo** de volta e atirou-se para a sua cama, em desespero, num choro convulsivo. Os nervos causados pela história, associados ao impacto na sua barriga no colchão, levaram-na a entrar em trabalho de parto. **Ana** acabou por ter o filho sozinha, no seu quarto, enquanto os seus pais se encontravam no andar de baixo.

Quando a criança nasceu e começou a chorar, **Ana** tapou-lhe a boca e o nariz para que o seu choro não fosse ouvido pelos seus pais, que desconheciam a sua gravidez. A criança viria a falecer sufocada.

No dia seguinte, **Bernardo** apareceu em casa de **Ana**, disposto a assumir a paternidade. Ao saber do sucedido, e tomados pela culpa, ambos decidiram tirar a própria vida. **Bernardo**, que estivera no exército, muniu-se de uma granada e disse a **Ana** para a segurar enquanto aquele puxava a cavilha. A granada deflagrou mas apenas **Ana** acabou por morrer.

Analise a responsabilidade jurídico-penal dos intervenientes tendo em conta os seguintes aspetos:

- a) A delimitação entre os crimes de aborto e de homicídio (2 vls);
- b) As técnicas de qualificação e privilegiamento adotadas no CP (2 vls);
- c) O preenchimento das circunstâncias aplicáveis (2 vls);
- d) A eventual comunicação de circunstâncias (2 vls);
- e) O concurso de circunstâncias (2 vls);
- f) Identificação dos problemas de comparticipação colocados (2 vls);
- g) A delimitação entre auto-lesão e participação em hetero-lesão (2 vls).

II.

Numa tarde de Primavera, **Filipe** decidiu ir beber café a uma conhecida esplanada à beira-rio. Sentado à mesa, **Filipe** acendeu um cigarro com o isqueiro de ouro que lhe fora dado pelo seu avô e fechou os olhos para melhor desfrutar do sol e da brisa, enquanto pousou o objecto na mesa. **Gustavo**, que se encontrava nas redondezas, viu este momento de contemplação como uma oportunidade para ganhar um isqueiro novo e apropriou-se do mesmo.

Filipe, ao sentir o isqueiro a ser subtraído da mesa, abriu os olhos e deu de caras com **Gustavo**, tendo começado a persegui-lo, embora sem sucesso. No dia seguinte, na mesma esplanada, **Filipe** viu **Gustavo** a acender um cigarro com o isqueiro subtraído e retirou-lho da mão à força.

Analise a responsabilidade jurídico-penal dos intervenientes (4 vls.).

Ponderação global: 2 vls.

Crítérios de correção

I

- a) Correcta identificação dos tipos e formas dos crimes em causa (2 v.);
- b) Adopção de um critério fundado de delimitação entre o crime de aborto e o crime de homicídio à luz dos princípios constitucionais da legalidade e da necessidade da pena (2 vls);
- c) Identificação fundamentada dos crimes aplicáveis como tipos de ilícito, tipos de culpa ou tipos mistos (2 vls);
- d) Tomada de posição fundamentada acerca da questão da compatibilidade de elementos especiais agravantes da culpa com os princípios constitucionais da legalidade e da necessidade da pena (2 vls);
- e) Identificação e preenchimento ou afastamento fundados dos elementos típicos dos arts. 131.º, 132.º, 133.º e 136.º (2 vls);
- f) Resolução fundamentada do concurso entre circunstâncias qualificantes e privilegiantes (2 vls);
- g) Adopção de um critério fundado de delimitação entre heterolesão e participação em autolesão (diferenciando, em particular, homicídio a pedido da vítima e participação no suicídio) e sua concretização no caso concreto (2 vls.);

II

Tomada de posição fundada quanto ao momento de consumação do furto, mediante exposição das teses estudadas. Identificação da via de auto-tutela aplicável. Discussão da admissibilidade de causas de exclusão da ilicitude provenientes de outras ordens jurídicas (*máxime*, do direito civil) em sede penal. (4 vls.)

Ponderação global: 2 vls.